

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A fundamentação legal deste estudo encontra-se no artigo 18, §1º da Lei Federal 14.133/2021.

2. OBJETO DO ESTUDO E ESPECIFICAÇÕES GERAIS

2.1 - O objeto deste estudo técnico preliminar é a contratação de empresa especializada para a ampliação de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) José Antônio Falcão, que será localizada na Rua da Pedreira esquina com Rua Epitácio, s/n, Bairro São Luiz Gonzaga, no Município de Passo Fundo/RS.

2.2 - A obra será construída com recursos do Governo Federal e com contrapartida do Município. Para consecução do objeto, foi firmado com o Governo Federal o Termo de Compromisso nº **978072/2025**, com a finalidade de construção de “Ampliação da Escola de Educação Infantil José Antônio Falcão - Creche Pré-Escola -Projeto modelo tipo 2”.

2.3 - O objeto da contratação é caracterizado como obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII da Lei Federal 14.133/2021, tendo em vista ser a atividade, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza e acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

2.4 - O objeto deste estudo tem natureza de obra comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativas a seguir:

- a) Os serviços a serem executados apresentam baixo grau de complexidade técnica e são executados corriqueiramente por empresas do ramo;
- b) Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para execução dos serviços são frequentemente empregados;
- c) Os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas usuais;
- d) Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A ampliação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) atende a uma demanda crescente da sociedade moderna. Escolas de educação infantil bem estruturadas permitem que os pais trabalhem com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão em ambiente seguro e enriquecedor. Isso contribui para o bem-estar das famílias e para a produtividade econômica do país.

3.2 - A obra de engenharia para ampliação da EMEI José Antônio Falcão no bairro São Luiz Gonzaga, visa aprimorar a infraestrutura escolar da região, refletindo na melhoria da qualidade da educação do bairro e do Município. Além disso, esta unidade escolar atenderá à alta demanda da educação infantil da rede pública da localidade.

3.3 - Desse modo, a ampliação da EMEI no bairro São Luiz Gonzaga promoverá a melhoria da qualidade de vida e do acesso à educação para os moradores locais, mediante a propagação da cultura, inclusão e integração social e a obtenção de conhecimentos, potencializando a população e os atributos da região.

4 ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES

4.1 - As despesas referentes às obras e aos serviços objeto do presente estudo técnico serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias (vigentes e subsequentes):

Secretaria	Dotação	Fonte do Recurso	Valor
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	3232	Federal	R\$ 3599.938,56
	812	Emenda	R\$ 951.600,00
	813	Próprio	R\$ 333.242,50
	Total da Obra:		R\$ 4.852.520,76

4.2 - Em relação ao recurso federal, o valor ainda não foi repassado ao Município. Os valores serão repassados de acordo com as medições realizadas, conforme Termo de Compromisso firmado entre o Município de Passo Fundo e o Ministério da Educação.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Objetiva-se contratar empresa especializada, devidamente registrada Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

5.2 - A execução dos serviços e das obras deverá observar cuidadosamente os memoriais descritivos, os projetos executivos, e o material empregado para execução dos serviços deverá ser de primeira linha. Não serão aceitos materiais de qualidade inferior aos definidos nas especificações.

5.3 - A contratada deverá disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário à execução do objeto.

5.4 - Regime de execução: execução indireta, com a adoção do regime de empreitada por preço global (art. 46, II, Lei 14.133/2021), levando-se em conta a licitação da obra com base nos projetos, com planilhas de quantitativos e custos mais precisos e transparentes que, portanto, definem com maior precisão o custo do empreendimento.

5.5 – Documentos exigidos para a habilitação dos licitantes:

5.5.1 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, em nome da empresa licitante, atualizada e expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

5.5.2 - Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU), que comprove a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação. As parcelas de maior relevância e valor significativo que deverão ser comprovadas são, no mínimo, as seguintes:

Alínea	Descrição	Quantitativo a ser licitado	Quantitativo a ser comprovado	Percentual
a)	Edificações arquitetônicas	957,12 m ²	478,56 m ²	50%
b)	Estruturas metálicas	1.119,90m ²	335,00 m ²	30%

5.5.3 - Para atendimento das quantidades solicitadas no subitem 5.5.2, alíneas “a” e “b”, o licitante poderá apresentar 01 (um) atestado que atenda a todas as alíneas ou atestado específico para cada alínea.

5.6 – Documentos exigidos somente para assinatura do contrato:

- Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, com a indicação do profissional (nome completo e qualificação), que será o responsável técnico pela execução das obras e serviços objeto do presente edital.
- Certidão de Registro do Profissional (profissional indicado para atendimento da alínea “a”) na entidade profissional competente, ou seja, no CREA ou CAU.
- Atestado de Qualificação Técnica e respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome do responsável técnico do licitante (indicado na alínea “a”), devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU), que comprove a execução de edificações arquitetônicas, estruturas metálicas e instalações elétricas.

5.7 - Durante todo o período de execução da obra, sempre que solicitado pela fiscalização, o engenheiro ou arquiteto responsável pela execução da obra deverá comparecer ao local do empreendimento.

5.8 - Requisitos de sustentabilidade: a contratada deverá utilizar na execução do objeto as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando, sobretudo, os critérios indicados a seguir:

- Adoção de práticas que evitem desperdício de água potável.
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução da obra.
- Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos.
- Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e às especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Adoção de prática de destinação final de pilhas e de baterias usadas ou inservíveis, segundo as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPI’s necessários.

5.9 - Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- Lei Federal 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Decreto Municipal nº 23/2023 (regulamenta a lei de licitações no âmbito municipal).
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange à qualidade dos materiais.
- Lei 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências.
- Lei 12.378/2010, que regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação.
- Lei 6.496/1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de

assistência profissional, e dá outras providências.

- g) Resolução CONAMA 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- h) Termo de Compromisso nº 960963/2024, firmado entre o Governo Federal e o Município de Passo Fundo.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 – Não é o caso da contratação em questão, tendo em vista a natureza do objeto, pois há, no mercado nacional, diversas empresas para realização de obras e serviços de engenharia, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

6.2 – A presente contratação visa executar obra e serviços de engenharia de baixa complexidade, cujos parâmetros construtivos são amplamente conhecidos e aplicados pelas empresas do ramo. Portanto, não se faz necessária ampla prospecção junto ao mercado de soluções que possa atender à demanda apresentada.

6.3 - Destacamos, também, que a solução a ser contratada segue o padrão definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com pequenas modificações realizadas pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento do Município de Passo Fundo, em virtude das peculiaridades locais.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 –A fim de ampliar a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) José Antônio Falcão, será construída edificação de 01 (um) pavimento, destinada a Escola Municipal de Educação Infantil. A edificação terá 02 (dois) blocos ligados por um pátio central, o bloco do acesso contempla salas de berçário com fraldário e solário, lactário, almoxarifado, salas para secretaria, direção e professores, lavanderia/rouparia, copa de funcionários, vestiários para funcionários, refeitório, cozinha, despensa, sanitário PCD, além de depósito e central de gás com acesso externo e a conexão entre a escola existente e a nova por uma cobertura orgânica sem fechamentos laterais.

7.2 - O pátio coberto será fechado para atender as necessidades climáticas. O bloco dos fundos contará com 6 (seis) salas de educação infantil, todas com solários e sanitários adaptados, além de sala multiuso, depósito e PCD infantil.

7.3 - Dentro dos serviços não financiáveis (aqueles que não fazem parte do projeto padrão - modelo tipo 2 do FNDE), estão os serviços de terra, a complementação da drenagem, o piso emborrachado e o playground, a pavimentação do passeio público, o acesso de pedestres e veículos, o fechamento do pátio coberto, o cercamento do terreno com gradil metálicos na confrontação com a rua lateral, a instalação de grades nas esquadrrias, a cobertura orgânica entre escolas e o paisagismo.

7.4 - A descrição completa dos serviços e das obras a serem executadas está no Memorial Descritivo e no Projeto Arquitetônico, tanto do FNDE como no complementar elaborado pelo Município.

7.5 - O prazo para realização da obra será de 12 (doze) meses, a partir da data da ordem de serviço expedida pelo fiscal do contrato.

7.6 - Localização da obra objeto da contratação:



Coordenadas geográficas:

Latitude: -28.262833,

Longitude: -52.371221

7.7 - Relatório fotográfico do local onde serão executadas as obras e os serviços de engenharia:



Imagem aérea área geral

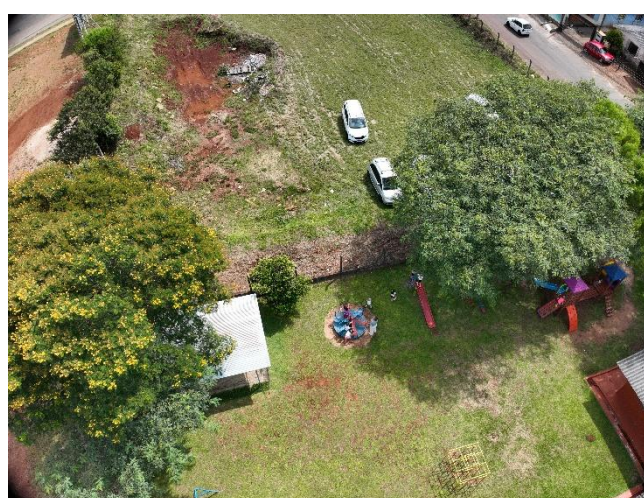


Imagem aérea conexão entre escolas

7.8 - Fachada:



7.9 - Implantação:



7.10 - Perspectiva:



8 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1 - As quantidades que compõe a planilha orçamentária foram extraídas dos memoriais e dos projetos arquitetônicos, complementares, elétricos, estruturais, hidrossanitário e mecânico. As quantidades foram levantadas de acordo com as unidades de medida adequadas a cada item do orçamento e, nele, foram consideradas todas as etapas de execução para a conclusão da obra.

8.2 - O orçamento detalhado do custo global da obra, com as composições dos preços utilizados para sua formação, será anexado ao processo licitatório.

8.3 - Área a construir:

Área a ser construída: 957,12 m².

Área do terreno: Extensão ao poente: 119,70m ; Frente ao nascente: 40,00m ; Corredor de acesso: 16,00 m = 4.394 m².

9 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O preço global estimado pela Administração para o objeto a ser contratado é de **R\$ 4.852.520,76** conforme será detalhado em planilha de orçamento, anexa ao edital de licitação. O quadro a seguir apresenta o resumo do orçamento:

Escola Municipal de Educação Infantil no bairro São Luiz Gonzaga			
Item 01	Creche/Escola Tipo 2	Preço	Percentual
1.1	Serviços preliminares	R\$ 49.324,60	1,03%
1.2	Administração local	R\$ 146.259,48	3,08%
1.3	Canteiro de Obras	R\$ 41.106,21	0,86%

1.4	Movimento de terra para fundações	R\$ 2.821,02	0,06%
1.5	Fundações	R\$ 410.374,52	8,62%
1.6	Superestrutura	R\$ 420.496,60	11,57%
1.7	Sistema de vedação vertical	R\$ 252.964,05	5,32%
1.8	Esquadrias	R\$ 338.816,43	7,01%
1.09	Cercamento	R\$315.662,79	6,56%
1.10	Sistema de cobertura	R\$242.519,48	5,08%
1.11	Impermeabilização	R\$31.355,80	0,65%
1.12	Revestimentos interno e externo	R\$313.810,18	6,58%
1.13	Sistemas de pisos	R\$143.380,13	3,03%
1.14	Pinturas e acabamentos	R\$176.604,62	3,65%
1.15	Instalação hidráulica	R\$145.792,58	3,04%
1.16	Drenagem de águas pluviais	R\$22.827,79	0,46%
1.17	Instalação sanitária	R\$74.138,82	1,69%
1.18	Louças, acessórios e metais	R\$76.983,44	1,78%
1.19	Instalação de gás combustível	R\$3.794,01	0,11%
1.20	Sistema de proteção contra incêndio	R\$42.113,84	1,15%
1.21	Instalação elétrica - 220v	R\$5.775,09	0,12%
1.22	Quadros gerais	R\$11.898,22	0,25%
1.23	Eletroduto e acessórios	R\$25.492,24	0,61%
1.24	Cabos e fios condutores	R\$36.776,90	0,83%
1.25	Eletrocalhas	R\$5.510,60	0,11%
1.26	Dispositivos Elétricos	R\$11.928,78	0,26%
1.27	Iluminação	R\$23.363,10	0,50%
1.28	Instalações de climatização	R\$16.097,66	0,34%

1.29	Rede Lógica	R\$3.395,72	0,07%
1.30	Infraestrutura	R\$2.146,69	0,06%
1.31	Dispositivos	R\$11.947,34	0,25%
1.32	Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	R\$54.588,92	1,17%
1.33	Serviços complementares	R\$106.958,32	2,20%
1.34	Fechamento de Pátio coberto em esquadrias	R\$35.436,99	0,78%
1.35	Serviços finais	R\$4.056,92	0,08%
Total		R\$3.606.522,94	75,85%
Item 02	Itens não financiáveis (Implantação)	Preço	Percentual
2.1	Serviços Iniciais	R\$3.813,93	0,02%
2.2	Cisterna	R\$17.679,95	0,34%
2.3	Calçada	R\$150.256,16	2,83%
2.4	Acessibilidade	R\$8.581,17	0,17%
2.5	Estacionamento	R\$ 50.263,29	1,30%
2.6	Cercamento	R\$ 274.160,92	5,20%
2.7	Piso playground	R\$ 108.471,45	2,05%
2.8	Piso sensorial	R\$ 14.317,05	0,28%
2.9	Playground	R\$ 110.172,01	2,14%
2.10	Cobertura	R\$ 243.556,01	4,82%
2.11	Pluvial	R\$ 8.208,52	0,15%
2.12	Paisagismo	R\$ 53.169,44	1,08%
2.13	Arte em parede	R\$ 14.814,90	0,28%
2.14	Fechamento de pátio e em esquadrias	R\$ 174.255,29	3,28%
2.15	Revitalização de brinquedo	R\$ 5.392,50	0,10%
2.16	Identificação visual	R\$ 4.828,09	0,02%
2.17	Serviço final	R\$ 4.057,14	0,06%
Total		R\$ 1.245.997,82	24,15%
Preço global (soma dos preços totais)		R\$ 4.852.520,76	100%

9.2 - A planilha de orçamento foi elaborada por equipe técnica responsável pelo planejamento, a partir da planilha padrão do FNDE para o projeto modelo tipo 2. Para a elaboração da planilha foram utilizados índices do SINAPI (por ser a mais completa e recomendada para obras de construção civil), composições e cotações de mercado, de acordo com a planilha base fornecida pelo FNDE, observado o índice de atualização de preços correspondente.

9.3 - Ressalta-se que a planilha padrão do FNDE projeto modelo tipo 2, devidamente atualizada pelo Município, foi aprovada pela Caixa Econômica Federal, conforme Termo de Compromisso nº 978072/2025/FNDE/CAIXA, uma vez que esses serviços serão fiscalizados também pela equipe técnica da CAIXA.

10 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

10.1 - Entende-se que o parcelamento do objeto não é vantajoso para a Administração e que as atividades devem ser executadas de forma conjunta pelos seguintes fatores:

- a) Ganhos de produtividade com o encadeamento das atividades.
- b) Otimização da gestão do conhecimento.
- c) Mitigação dos riscos de descontinuidade da contratação. O parcelamento poderia resultar no fracasso de alguns itens e no sucesso de outros, o que comprometeria a sequência de execução dos serviços, podendo, ainda, resultar em prejuízo ao erário, na hipótese de inutilização de uma das etapas.
- d) Possibilidade de ganhos significativos, haja vista a redução do tempo gasto na transmissão do conhecimento e possíveis adaptações ao projeto a ser executado.
- e) A contratação única gera maior potencial de ganho de economia de escala e a centralização das informações, no nível que se pretende, pois facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

10.2 – Dessa forma, o parcelamento da solução não é recomendável do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1 - No momento, o Município não possui contratações correlatas ao objeto, pois não há contratações em andamento ou já realizadas que possam impactar a solução escolhida ou serem por ela impactadas.

11.2 - Tendo em vista que se trata de licitação em regime de empreitada global, em que a contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais, dos equipamentos e da mão de obra necessários ao cumprimento do objeto contratual, não há licitação interdependente.

12 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 - Os resultados pretendidos com a ampliação e construção da Escola Municipal de Educação Infantil José Antônio Falcão, no bairro São Luiz Gonzaga são múltiplos e abrangem tanto o desenvolvimento individual das crianças quanto o impacto positivo na sociedade como um todo.

12.2 - Espera-se que a EMEI supra a demanda de vagas na educação infantil do local, promovendo um ambiente de aprendizado enriquecedor, onde as crianças possam desenvolver habilidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas desde cedo, formando uma base sólida para o sucesso acadêmico futuro.

12.3 - Além disso, a oferta de educação infantil de qualidade contribui para a igualdade de oportunidades, reduzindo desigualdades sociais ao garantir que crianças de todas as origens socioeconômicas tenham acesso ao mesmo nível de educação. A construção dessas escolas também visa apoiar as famílias, permitindo que os pais trabalhem com a tranquilidade de saber que seus filhos estão bem cuidados.

12.4 - Em última análise, o investimento em educação infantil busca criar uma sociedade mais educada e equitativa, preparada para os desafios futuros e capaz de promover o desenvolvimento sustentável e o progresso coletivo.

13 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

13.1 - A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- a) Nomeação, por meio de portaria, de servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- b) Reunião com a empresa contratada, antes do início da execução do contrato, a fim de elaborar um plano de trabalho ou definir estratégias para a melhor execução o objeto, sempre que necessário em virtude das características do objeto.

13.2 - A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município, que exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

13.3 - A gestão e fiscalização do contrato dar-se-ão pelos seguintes servidores:

Gestor do contrato	Fiscais do contrato	Titulação
Secretário de Educação	Andressa Rafaela Xavier Caliari	Arquiteta e Urbanista CAU A318939-2
	Vinícius Lucheta	Engenheiro Eletricista CREA/RS244259

13.4 - O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do artigo 14 do Decreto Municipal 23/2023.

13.5 - Os fiscais do contrato serão designados pela autoridade competente, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto Municipal 23/2023.

13.6 - A contratação contará com Matriz de Alocação de Riscos, documento técnico que contém os tipos de risco, a descrição completa de cada tipo, a respectiva materialização, a mitigação e a alocação.

14 IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 - Em razão do objeto ser caracterizado como uma obra de engenharia, observa-se que um dos maiores impactos ambientais desse tipo de indústria é a geração de resíduos. Sendo assim, é importante que haja um bom planejamento inicial dos insumos que serão utilizados em cada etapa da obra, evitando perdas e reduzindo consideravelmente a porcentagem de resíduos. Além disso, é importante que exista um plano de gestão de resíduos, para que os entulhos que forem inevitáveis, sejam armazenados e coletados corretamente, com a reciclagem dos materiais que tiverem essa possibilidade e a destinação adequada dos demais.

15 MAPA DE RISCOS

15.1 - O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos.

Fase - Planejamento

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1 – Incorreta identificação da demanda.	Raro	Instrução processual inadequada.	Muito Baixo	Verificar corretamente a demanda. Informar-se junto ao setor responsável pela demanda, solicitando ratificação ou retificação do objeto.	Quando detectado o erro quanto à real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder às retificações cabíveis.
2 - Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Raro	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Dimensionamento incorreto do objeto a ser licitado. Realização de estudo falho, incorreto ou impreciso.	Muito Baixo	Identificar corretamente os problemas a serem resolvidos. Designação de servidores com conhecimentos suficientes para a realização dos trabalhos. Capacitar os servidores para realizar as etapas de planejamento da contratação.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas. Remanejamento dos servidores de acordo com as qualificações e as atribuições pessoais.
3 – Estudos preliminares incorretos.	Raro	Instrução processual inadequada. Especificações incompletas. Exigência de requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Não contratação da solução mais vantajosa, devido à ausência de adequado levantamento de mercado. Falha no atendimento das necessidades da secretaria requisitante.	Médio	Identificar corretamente os setores responsáveis. Designação de servidores responsáveis técnicos, com conhecimento do objeto e da legislação pertinente. Capacitação constante dos servidores envolvidos no planejamento.	Aprimoramento do estudo do objeto e ampliação do diálogo com os setores envolvidos, a fim de entender a real necessidade. Remanejamento dos servidores de acordo com as qualificações e as atribuições pessoais.
4 – Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Pouco provável	Falta de produtos ou serviços para atender à necessidade da contratação. Sobra de produtos ou serviços.	Baixo	Adequado levantamento das reais necessidades da secretaria requisitante. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação do objeto.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
		Necessidade de elaboração de aditivo contratual.			
5 – Licitação deserta ou fracassada	Raro	Ausência de licitantes ou não apresentação de proposta válida. Atraso no atendimento à demanda. Necessidade de iniciar novo procedimento licitatório.	Baixo	Elaborar orçamento de acordo com a documentação técnica as peculiaridades do objeto. Elaborar orçamento compatível com os preços de mercado, utilizando tabelas referenciais, cotações de mercado e contratações similares feitas pela Administração Pública. Realizar análise criteriosa acerca dos documentos a serem exigidos para habilitação técnica. Promover ampla divulgação do edital de licitação.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico. Revisar minuciosamente o orçamento, a fim de verificar se está compatível com os preços de mercado. Realizar estudo para verificar se o mercado fornecedor, sobretudo local, atende as especificações técnicas do objeto. Reavaliar as exigências de qualificação técnica para não restringir injustificadamente a competição.
6 – Impugnação ao edital	Pouco provável	Atraso no andamento do processo licitatório e consequente atraso na contratação da empresa.	Médio	Elaborar os documentos técnicos corretamente, com especificações claras e precisas, atendendo às normas regulamentares e legais. Elaborar o edital e a minuta de contrato corretamente, de acordo com a legislação vigente.	Treinamento dos servidores envolvidos diretamente na elaboração dos documentos. Em caso de impugnação por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis que procedam às correções.
7 – Atraso na conclusão do processo administrativo de contratação	Pouco provável	Atraso na contratação da empresa.	Médio	Alinhamento com todos os setores envolvidos, de modo a executar a fase de planejamento com a maior eficiência possível. Designação de servidores com conhecimentos suficientes para a realização dos trabalhos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico a fim de agilizar a conclusão dos serviços.

Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1 - Execução do objeto contratual em desacordo com o contrato.	Pouco provável	Falha no atendimento às necessidades da Administração. Solução diversa da proposta no instrumento convocatório.	Baixo	Acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar erros ou falhas com maior facilidade.	Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.
2 - Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Provável	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Atraso no atendimento à necessidade da	Baixo	Acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades.	Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.

RISCO	ESCALA DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	ESCALA DE IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
		Administração.			
3 - Períodos de chuva fora da previsibilidade e local.	Pouco provável	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	Baixo	Não há.	Caberá ao contratante análise das circunstâncias e ações possíveis.
4 - Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato.	Raro	Dificuldades na execução contratual, com o cumprimento inadequado do objeto.	Médio	Solicitar documentos de qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com a complexidade do objeto.	Avaliar adequadamente a empresa. Instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades.
5 - Atraso de pagamento à contratada.	Raro	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Médio	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão.
6 - Qualificação insuficiente dos fiscais do contrato.	Raro	Baixa qualidade na avaliação da prestação dos serviços e ou da execução da obra.	Baixo	Designar servidores capacitados para a fiscalização.	Capacitação da equipe de fiscalização de contratos.
7 - Atraso no repasse dos recursos decorrentes de convênio.	Pouco provável	Atraso de pagamento à contratada.	Médio	Enviar toda a documentação necessária ao ente federativo responsável pela destinação dos recursos.	Entrar em contato com o ente que firmou o convênio com a Administração para verificar o motivo do atraso do repasse. Manter contato permanente entre as partes conveniadas e sanar, no menor tempo possível, as inconsistências encontradas ou prestar as explicações necessárias.

Crítérios para a avaliação dos riscos (escala probabilidade/impacto - Decreto Municipal nº 86/2025)

Artigo 5º §2º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de probabilidade:

- I - raro: acontece apenas em situações excepcionais; não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência – peso 1;
- II - pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo – peso 2;
- III - provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte – peso 3;
- IV - muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte – peso 4;
- V - praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo. – peso 5.

Artigo 5º §3º Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de impacto:

- I - muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado – peso 1;

II - baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado – peso 2;

III - médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado – peso 3;

IV - alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado – peso 4;

V - muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado – peso 5.

Artigo 5º §4º O nível de risco é obtido pela multiplicação do peso da escala de probabilidade com o peso da escala de impacto, com a possibilidade de alcançar o seguinte nível de risco:

I – risco crítico: 15 a 25;

II – risco alto: 8 a 12;

III – risco moderado: 4 a 6;

IV – risco pequeno: 1 a 3.

16 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1 - O Município de Passo Fundo não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra e dos serviços de engenharia em questão, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para atendimento da demanda exarada.

16.2 - A análise da viabilidade técnica, econômica e operacional demonstra que a contratação de empresa especializada para a ampliação da EMEI no bairro São Luiz Gonzaga é uma solução eficiente e vantajosa. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Passo Fundo/RS, 22 de abril de 2026.

Giezi Schneider Secretário de Planejamento	Andressa Rafaela Xavier Caliar Arquiteta e Urbanista CAU A318939-2
---	--